

IMPERIALISMO, FMI E POLÍTICA AGRÍCOLA

RONALDO COUTINHO GARCIA

Brasília, agosto de 1984

I - INTRODUÇÃO

O tema abordado neste texto é por demais complexo e ainda pouco estudado, o que exige um tratamento muito mais amplo, profundo e detalhado do que o aqui apresentado. Alguns autores^{1/}, dedicados a longo tempo às análises das relações econômicas e políticas internacionais, reconhecem a dificuldade de tratar o assunto, inclusive por falta de um arcabouço teórico atualizado e satisfatório. Entende-se, porém, que o momento não é o de esperar por avanços teóricos ou de insistir em extensa pesquisa empírica, pois trata-se de uma questão política, cujos desdobramentos, no futuro imediato, parecem ser muito graves.

Este trabalho é uma antecipação precária de um estudo mais extenso que ainda se encontra em sua fase inicial. As recentes medidas governamentais na área da política agrícola e as diversas manifestações de produtores rurais ocorridas no mês de julho fizeram ver a necessidade de estabelecer algumas relações entre a presente conjuntura e alguns interesses internacionais que se evidenciam.

Reconhece-se que o tratamento dado ao tema padece de um certo mecanicismo, inevitável quando não se dispõe de espaço e tempo suficientes. Alerta-se, também, para outra deficiência fundamental, qual seja a de não ter sido dedicada maior atenção às articulações dos interesses internos, classes dominantes e elites dirigentes brasileiras, com os externos, capital internacional e interesses estratégicos das potências imperialistas. A ausência deste elemento pode dar a equivocada idéia de que o Brasil é uma república de bananas onde o Tio Sam faz e desfaz. Não se trata disto. A demonstração fica para outra oportunidade, quando a premência do alerta e da denuncia não se sobrepuser ao rigor, ao espaço e ao tempo demandados por um trabalho mais completo e elaborado.

1/ - "Celso Furtado - A Crise da Economia Capitalista," Revista de Economia Política, Vol. 3, nº 2, Abril/Junho de 1983, pag. 5; Luciano Martins - Nação e Corporação Multinacional, RJ, Ed. Paz e Terra, 1975, pag.5.

II - O CONTEXTO HISTÓRICO DA HEGEMONIA AMERICANA

O término da II Guerra Mundial marca o surgimento de uma nova potência hegemônica no sistema capitalista mundial, os Estados Unidos, e inaugura uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo. É também o início do fim dos antigos impérios coloniais, construídos desde o último terço do século passado e o começo da era da internacionalização do capital.

Detendo a hegemonia imperialista, mas sem possuir um sistema colonial próprio, os EUA tiveram que desenvolver novos métodos de dominação para constituir suas áreas de influência, assegurar suas fontes de recursos e matérias-primas e estabelecer seus mercados externos, sem, contudo, recorrer à conquista militar, o instrumento clássico do moderno colonialismo (ou velho imperialismo). Afinal, o fim da II Grande Guerra havia trazido consigo uma nova potência e um novo sistema econômico - a URSS e o mundo socialista - que concorriam não apenas com a hegemonia americana em escala mundial, mas com todo o sistema capitalista/imperialista.

Tal bipolarização de forças e as contradições dela resultantes engendraram um longo período de elevada tensão e ideologização nas relações internacionais, que foi a chamada Guerra Fria. A constituição de um império colonial pela via militar estava, portanto, descartada, pois no contexto da Guerra Fria qualquer conflito localizado corria o risco de generalizar-se, podendo inclusive desembocar em guerra nuclear. Durante a Guerra da Coreia, na Crise Cubana, de 1962, na Guerra do Vietnã e nos conflitos do Oriente Médio, a utilização de artefatos atômicos chegou a ser considerada diversas vezes.

Nesse contexto, a estratégia internacional do capitalismo monopolista americano foi montada com base na internacionalização de suas empresas, apoiada pela atuação do Estado americano, principalmente através dos diversos programas de ajuda externa (alimentar,

assistência técnica, econômica e militar, empréstimos, etc.)^{2/}. Por essa época - do fim da II Guerra e durante toda a Guerra Fria - a USAID, o Ponto IV, a USIS, as agências do Departamento de Defesa (sem falar da CIA) estarão presentes em todo o mundo, fazendo a defesa dos interesses estratégicos americanos, abrindo os mercados para as empresas dos EUA e veiculando a ideologia do "american way of life" e do anticomunismo^{3/}. Havia então uma unicidade de interesses estratégicos, econômicos e diplomáticos, ou, se quisermos, entre os interesses públicos (do Estado) e privados (da grande empresa)^{4/}.

III - A ESTRATÉGIA AGRÍCOLA DOS EUA.

Em 1954, para fazer escoar os elevados estoques de alimentos detidos pelos EUA e colocá-los a serviço da estratégia hegemônica, o Executivo propôs e o Congresso aprovou a Lei Pública 480 (PL 480), que viria a ser um dos principais instrumentos da política externa dos EUA. Elaborada pelo Departamento de Agricultura, em estreita articulação com a CARGILL e outras empresas do ramo (a CARGILL é a maior empresa do mundo no comércio internacional de grãos, além de estar presente em diversos outros setores econômicos), a PL 480 instituiu diversos programas: doação de alimentos para países carentes; contratos plurianuais para exportação de alimentos para países amigos, com financiamentos de longo

2/ - Para John Kennedy "a ajuda externa é um método pelo qual os Estados Unidos mantêm uma posição de influência e controle no mundo e apoiam um grande número de países que sem dúvida se desmoronariam ou passariam para o bloco comunista" - Discurso perante o Economic Club, New York, dez/62, in - Some Important Issues in Foreign Aid. Committee on Foreign Relations, US. Senate Library of Congress, Washington, D.C. 1966, pg. 15.

3/ - Uma interessante análise da política expansionista dos EUA e do papel da ajuda externa é proporcionada por Norman A. Graebener, Cold War Diplomacy, 1945-1960. New Jersey, Van Nostrand, 1962.

4/ - A respeito da unicidade de interesses estratégicos, econômicos e diplomáticos ver Claude Julien, L'empire Americain. Paris, Ed. Grasset, 1968.

prazo e a juros favorecidos; e um programa de troca de alimentos americanos por matérias-primas estratégicas. A PL 480 era apresentada, na sua parte introdutória, como "um Ato para aumentar o consumo das mercadorias agrícolas norte-americanas nos países estrangeiros, para melhorar as relações externas dos Estados Unidos e para outros fins"^{5/}. Segundo o Congresso dos EUA, um dos objetivos desta Lei era "desenvolver e expandir os mercados para exportação" de produtos americanos^{6/}.

Importa assinalar que, de início, os contratos de fornecimento de longo prazo eram pagos em moeda do país receptor. Os EUA utilizavam esses recursos para financiar empresas americanas que se instalavam naqueles países, para fazer frente aos gastos com assistência técnica e militar (USAID e Departamento de Defesa) com despesas de embaixadas, etc. Em 1959, as regras mudaram: os pagamentos se fariam metade em moeda local e metade em dólar. Em 1966 a PL 480 sofreu uma emenda do Congresso obrigando a progressiva transformação dos empréstimos em moedas conversíveis (dólares). A partir de 1971 (e este ano é muito importante, como veremos adiante) todos os pagamentos haveriam de ser feitos em dólares, deixando, todavia, espaço para a aplicação política de ajuda alimentar.

Com os mecanismos possibilitados pela PL 480, os EUA conseguiram desfazer-se de todos os seus estoques excedentes, além do que padronizaram os hábitos alimentares em escala global, criaram um mercado internacional para sua produção agrícola (é o maior exportador mundial de alimentos) e para sua agroindústria. Estabeleceram sua dominação em amplas regiões do globo, fazendo boa parte das populações do 3º Mundo (e também de alguns países industrializados) dependentes de seus alimentos. No que se refere aos países subdesenvolvidos a nova feição da PL 480 forçava sua integração internacional, já que para pagar alimentos em dólares esses

5/ - Citado por Susan George, o Mercado da Fome, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 pg. 15.

6/ - Idem, *ibidem*.

países eram obrigados a voltar parte da sua produção para exportação, contrair empréstimos e aceitar investimentos estrangeiros, como forma de conseguir a entrada de divisas.

O Brasil, inclusive, se tornou um grande consumidor de pão e massas, a partir do Acordo do Trigo firmado com os EUA sob os auspícios da PL 480. Isto fez com que o País passasse a depender de importações de milhões de toneladas desse produto. Às vezes, por força do Acordo, o Brasil teve que importar trigo mais caro dos EUA, quando o cereal estava disponível a preços menores na Argentina ou mesmo no Canadá^{7/}. A venda do trigo americano a preços subsidiados impediu que o Brasil desenvolvesse uma suficiente produção nacional e fez com que houvesse consideráveis alterações nos hábitos alimentares dos brasileiros. Aliás, a importação pelo Brasil de produtos agrícolas americanos não se refere só ao trigo. Hoje os EUA se transformaram no nosso maior fornecedor de alimentos e matérias-primas agrícolas (milho, arroz, soja, centeio, etc.)^{8/}.

IV - CRISE DE HEGEMONIA, DISTENSÃO E A NOVA POLÍTICA COMERCIAL

Ao final dos anos 60 e início da década seguinte, a situação começa a mudar. A política de distensão com a União Soviética e a China põe fim à Guerra Fria. A profunda internacionalização do capital americano (investimentos no exterior), as importações crescentes e as despesas extra-territoriais com defesa transferem enormes massas de dólares para os mercados externos, principalmente a Europa, colocando em risco a estabilidade do dólar e as reservas de ^{ouro} ouro detidas pelos EUA. Havia, então, a possibilidade da conversão do dólar em seu equivalente em ouro, condição estabelecida pelo Acordo de Bretton Woods para o dólar se transformar em moeda mundial, um privilégio de potência hegemônica.

^{7/} - Segundo informações da CACEX e CIEF/Ministério da Fazenda.

^{8/} - Idem.

A recuperação européia e japonesa e os investimentos americanos no estrangeiro se faziam incorporando inovações tecnológicas, apresentando, portanto, maior eficiência. Em consequência, os produtos oriundos das novas indústrias eram mais competitivos, o que facilitava sua penetração massiva no mercado interno dos Estados Unidos, gerando dificuldades para sua balança comercial.

Em 1971, quando as pressões sobre o dólar ficam insuportáveis e quando os EUA conhecem o seu primeiro déficit comercial em 100 anos, o Governo Nixon revoga unilateralmente a convertibilidade dólar-ouro, desvaloriza a moeda e reorienta extensivamente a política externa americana. Outros processos de natureza política e ideológica também contribuíram para mudanças na política externa: a insatisfação popular com a guerra do Vietnam; o sentimento antiamericano que se generalizava por todo o mundo; o próprio fim da Guerra Fria que desaconselhava uma ostensiva política de intervenção direta nos assuntos de outras nações e de divulgação do anticomunismo por parte das agências estatais norte-americanas no exterior; entre outros.

A nova política externa americana se basearia nos seguintes pontos: a) reconhecia que, havendo os EUA perdido a competição em alguns setores econômicos, o país mantinha, no entanto, indiscutíveis vantagens nos produtos de alta tecnologia (bens de capital, computação e microeletrônica, armamentos) e da agricultura (cereais forragens e soja). Deveria, portanto, desencadear um agressivo movimento de promoção de exportações nestas áreas, buscando reafirmar sua posição hegemônica na economia mundial^{9/}; b) deveria dissimular a presença americana no exterior, multilateralizando e privatizando os instrumentos de influência em favor de seus

^{9/} - Este diagnóstico e a nova política externa americana tiveram como base o Relatório Williams. O relatório resultou do trabalho de um grupo especial formado por ordem do Presidente Nixon, em 1970, intitulado Comissão do Comércio Internacional e Política de Investimentos e presidido por Albert L. Williams, executivo da IBM. ver "United States International Economic Policy in an Interdependent World". Report to the President, Washington, D.C. jul/72. Mais recentemente o tema foi retomado por William M. Branson, Adjusting to Global Competition, in Economic Impact nº 46, 1984/2, publicada pela USIA, Washington, D.C.

Isto significou a substituição dos programas de ajuste dos instrumentos de pressão geridos e executados por agências tais como a USAID, USIS, USDA, Ponto IV, pela atuação de organizações internacionais como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o FMI e a FAO^{11/}.

A nova realidade internacional, os problemas internos da América dos EUA e a reorientação de sua política externa levaram, portanto, a uma dissociação entre os interesses econômicos e os interesses estratégicos, ou seja, agora o Estado americano não faria a defesa automática e às claras do capital americano internacionalmente. Esse passaria a desenvolver uma diplomacia privada e independente. Naturalmente, os EUA aumentaram em muito o controle sobre os organismos internacionais e passaram de forma mais coordenada a atuação das empresas multinacionais americanas e do Governo^{13/}.

Nesta nova etapa, os produtos agrícolas virão desempenhar papel crucial. Isto porque, em primeiro lugar, os EUA são detentores de excepcional capacidade de produção e os maiores exportadores

A orientação resultou do trabalho de outro grupo especial constituído à época, o Task Force on International Development, cujo relatório, U.S. Assistance in the 1970's: a new approach-(Washington, Government Printing Office, 1972) ficou conhecido como Peterson Report, devido ao nome do coordenador do Grupo

o papel atribuído às agências internacionais pelos EUA, está indilcado no relatório Peterson e analisado em diversos trabalhos: Teresa Hayter, Aid and Imperialism, Anddleser, Pinguin, 1973; Susan George, op cit; Hugo Assmann, Banco Mundial: um caso de progresismo conservador, San José, DEI, entre outros.

Uma das mais interessantes análises sobre a nova fase da política americana caracterizada pela dissociação de interesses e suas conseqüências é a de Martins, Nação e Corporação Multinacional, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975, principalmente pags. 56 a 101.

As conseqüências desta nova prática política e das ações visando ao controle dos organismos internacionais e a coordenação da atuação das empresas multinacionais pelo Governo dos EUA são mostradas e analisadas por diversos autores: Martins, op. cit; Hugo Assmann, op. cit; Harry Magdoff, A Era do Império, Porto, Ed Portucalense, 1972; Stephen Hymer, Empresas Multinacionais e a Internacionalización del capital. Buenos Aires, Ed. Periferia, 1972; T. dos Santos e N. Chomsky (org.). A Trilateral: a nova fase do Capitalismo mundial, Petrópolis, Ed, Vozes, 1976; Susan George, op. cit., entre outros trabalhos.

mundiais de alimentos. Em segundo lugar, porque os EUA conseguiram tornar um sem número de países dependentes do seu fornecimento para que pudessem alimentar suas populações ou rebanhos. Tal é o caso da quase totalidade da América Latina, a exceção talvez da Argentina e do Uruguai; da maioria dos países africanos, sendo o caso mais evidente o do Egito; de diversos países asiáticos, com destaque para a Índia; do Japão, que depende da quase totalidade do trigo, da soja, do milho americanos para seu consumo; além da União Soviética, que, mesmo obedecendo a outras razões, compra regularmente muitos milhões de toneladas de grãos nos EUA; também a Alemanha, França, Itália, Inglaterra dependem do trigo, soja, milho ou centeio para complementarem seus requisitos alimentares humanos ou animais^{14/}.

V. - A IMPORTÂNCIA DOS ALIMENTOS

As linhas mestras da política agrícola externa dos EUA estão definidas em diversas publicações governamentais acessíveis ao público^{15/} e podem ser sintetizadas como sendo as seguintes:

1 - impor o livre comércio dos produtos agrícolas aos países com os quais os Estados Unidos mantêm relações comerciais, forçando-os ao máximo a abandonar suas políticas internas destinadas a subsidiar a produção agrícola nacional e a reduzir ou eliminar as barreiras comerciais;

2 - abrir os mercados socialistas às exportações agrícolas americanas;

3 - substituir as exportações de alimentos feitas ao amparo da PL 480 por transações comerciais pagas em dólares e preferencialmente à vista.

^{14/} - As informações e dados estatísticos sobre o comércio internacional de alimentos e sobre os graus de autosuficiência alimentar dos países são fornecidos pela FAO em seus anuários e Estudos Especiais, assim como pelo Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

^{15/} - Ver a respeito os vários números da revista Foreign Agriculture, publicação oficial do USDA, principalmente as edições de 1973 e as referentes a 24.10.77 e 05.12.77. Ver também "Documento Secreto da Política Reagan para a América Latina". Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, dez/81, pags. 5 a 33.

Para impor aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, esta orientação, os EUA se utilizam, de maneira intensiva, das pressões exercidas pelas agências multilaterais como BIRD, BID, FAO e FMI^{16/}.

Acontecimentos ocorridos no cenário internacional e que representavam desafios à hegemonia ianque só vieram a reforçar aquela postura, tornando mais agressiva a política agrícola dos EUA e elevando os alimentos à categoria de uma das mais importantes armas do arsenal da diplomacia americana. Tais acontecimentos foram: a vitória de Allende no Chile em 1970; o choque do petróleo promovido pela OPEP, em 1973/79; a vitória dos movimentos de libertação nacional das colônias portuguesas na África e a via socialista escolhida pelos novos países; a Revolução Iraniana em 1979; a Revolução Sandinista na Nicarágua em 1980 e a invasão do Afeganistão pela URSS, também em 1980. Em todos esses eventos, os EUA tentaram ou efetivamente utilizaram os alimentos como instrumento de pressão, negociação ou desestabilização. Em muitos casos tiveram sucesso. Estava testada e aprovada a nova arma. "Os alimentos são agora uma arma para garantir a fidelidade das outras nações aos nossos interesses" declarou o Secretário da Agricultura dos EUA, John Block, (Newsweek, de 05/01/81).

VI- A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Após esse pano de fundo passemos à situação dos alimentos no Brasil e, em particular, aos casos do arroz e milho.

É bastante conhecido o conteúdo e as consequências do estilo de desenvolvimento agrícola implantado no País após 1964. A política de modernização conservadora que, para transformar o latifúndio em empresa capitalista introduziu novas tecnologias (de origem americana) utilizadoras de insumos químicos, mecânicos e biológicos (produzidos em sua maioria por empresas multinacionais

^{16/} - Ver nota nº 11 e Luciano Martins, op cit, pags. 67 a 74.

americanas), foi apoiada por crédito farto e altamente subsidiado. Essa modernização, todavia, esteve dirigida apenas para os grandes proprietários de terra e capital, atingindo diferenciadamente as diversas lavouras de nossa agricultura^{17/}. Os cultivos privilegiados foram aqueles voltados para a exportação (em grande parte as exportações são feitas por multinacionais americanas) e os utilizados como matérias-primas pelas agroindústrias (também, em larga proporção, de propriedade de empresas multinacionais americanas)^{18/}. Os produtos alimentares tradicionais (feijão, mandioca e, em menor medida, arroz e milho) foram quase que excluídos desse processo, por se tratarem de lavouras cultivadas por pequenos produtores com pouco acesso ao crédito, que não tinham mercado internacional e se destinavam ao consumo popular. O popular, no caso, representa uma massa de trabalhadores com baixo poder aquisitivo (em quase todo o período que vai de 1965 a 1984, vigora uma política de arrocho salarial) impedindo que a elevação dos preços dos alimentos se convertesse em estímulo para o aumento da produção. O baixo nível de renda do contingente assalariado também dificulta o aumento da produtividade agrícola, já que a adoção da tecnologia na agricultura quase sempre implica na elevação dos custos monetários de produção, onerando a colocação dos produtos nesse mercado^{19/}.

17/ - A natureza discriminatória e as consequências concentradoras da política agrícola brasileira já foram objeto de demonstração e análises por parte de vários autores, entre outros: Luiz Carlos Guedes Pinto - Nota Sobre a Política Agrícola e Crédito Rural, Campinas, 1980; José Graziano da Silva - A Modernização Dolorosa, R.J., Zahar Ed, 1982; Alberto Passos Guimarães - A Crise Agrária.R.J., Ed. Paz e Terra, 1979.

18/ - A participação das empresas multinacionais americanas na produção de insumos agrícolas, na agroindústria e na exportação pode ser comprovada em diversas publicações, com destaque para os vários números de "Quem é Quem na Economia Brasileira" da Revista Visão. Também, trabalhos como os de Geraldo Müller - As Transnacionais no CAI. Brasileiro, São Paulo, Ed. FGV, 1982, e Plínio Sampaio - Capital Estrangeiro e Agricultura no Brasil, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980, demonstram o controle destas empresas nos setores considerados.

19/ - Esta questão está discutida em Ronaldo Coutinho Garcia - Política Agrícola, Política Salarial e Alimentação, Brasília, IPFA/CNRH, 1983.

Assim, enquanto os produtos agrícolas exportáveis e agro industriais vêm: suas áreas aumentadas e suas produções e produtividades crescerem, quase todos os produtos alimentares básicos es tão estagnados ou regredindo. Como consequência, a disponibilidade per capita de alimentos no Brasil está se reduzindo e os preços dis parando, inclusive crescendo mais do que a inflação^{20/}.

A modernização agrícola implantada pelos Governos pós-64, mas já sugerida pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e in duzida e orientada pela USAID, pela Fundação Rockefeller, pelo Ban co Mundial e pelas empresas multinacionais americanas de insumos agrícolas, agroindústrias e exportadoras, resultou em concentração de renda e riqueza e internacionalização da agricultura de um lado e fome, miséria, desemprego e importação de alimentos de outro.

Mas não é só. Quando nada desde 1978, o Banco Mundial (BIRD), aplicando a nova orientação da política agrícola externa dos EUA, vêm pressionando o governo brasileiro para eliminar os subsídios ao crédito rural no País. Resistências dos grandes fazendeiros, das indústrias de insumos e de certos escalões governamentais impediram que isto se consumasse. Por outro lado o Banco tem conseguido outro de seus propósitos, qual seja, o de estimular, através de empréstimos, as atividades agrícolas voltadas para ex portação, principalmente de produtos tropicais e agroindustriais. Com isto reforça-se a desatenção às culturas alimentares, tornando o país mais vulnerável e potencialmente importador.

Mas a crise econômica que desde meados da década de 70 vinha se insinuando, sem que o Governo lhe desse o devido tratamento, se torna arrasadora nos anos 80. O profundo desequilíbrio cambial, resultado do endividamento externo a que o Brasil foi levado (por uma articulação de interesses internos e externos) e a disparada da inflação fizeram com que a política agrícola fosse progressivamente alterada (assim como toda a política econômica que se tornou altamente recessiva).

20/ - Idem.

VII - AS IMPOSIÇÕES DO FMI

O sentido das transformações na política agrícola começa a ficar evidente em 1981, quando o País passa a ter sua política econômica influenciada fortemente pelos banqueiros internacionais (os principais credores do Brasil são os grandes bancos privados americanos). Inicia-se a rápida retirada dos subsídios ao crédito agrícola, controlam-se os Valores Básicos de Custeio (VBC), os preços mínimos e o próprio volume do crédito rural. Em 1982, porém, essa tendência é algo amenizada, por se tratar de um ano de eleições gerais. Mas em dezembro do mesmo ano o Brasil acaba recorrendo ao FMI. Aí as coisas ficam mais claras, mas muito mais difíceis.

O FMI logo de início exige a retirada dos subsídios do crédito rural, dos preços dos alimentos (açúcar e trigo) e dos combustíveis, sob o argumento de que era um meio para controlar o déficit do setor público e derrubar a inflação. Impõe também uma rígida restrição creditícia, instrumento clássico do monetarismo para o controle da inflação. Assim, os juros do crédito agrícola de custeio passam de 33% a.a. em 1979, para contar com correção monetária plena mais 3% a.a. de juros reais, em 1984. O volume do crédito concedido passa de Cr\$ 29,4 trilhões em 1979, para Cr\$ 16,6 trilhões em 1983 (a preços de julho de 1984).

A redução do volume e o aumento dos juros tem sido um dos fatores a fazer com que a área colhida de arroz fosse reduzida em 1,13 milhões de hectares entre 1979 e 1983^{21/}. Os preços evidentemente dispararam. No caso do arroz, segundo o IRGA^{22/}, o item que atualmente mais pesa nos custos da produção do grão gaúcho é o referente a custos financeiros (juros sobre empréstimos), que teve sua participação alterada de 14% em 1981 para 30% em 1984. Por causa da elevação dos juros, do espetacular aumento dos preços dos adubos (510% em um ano) e dos combustíveis (370%), os custos da produção se elevaram de maneira considerável. No entanto; o Governo (com orientação do FMI) mantém desproporcionalmente baixos os preços

^{21/} - FIBGE/CEPAGRO

^{22/} - Folha de São Paulo de 30.06.84.

mínimos e os volumes de crédito de custeio e comercialização. Nisto reside a razão do movimento de protesto e das reivindicações dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul.

De passagem, deve ser ressaltado que essa política não está sendo aplicada apenas ao arroz. Ela é geral, parecendo estar dirigida em particular para os alimentos de consumo interno.

Tal política, ditada pelo Acordo com o FMI, enquadra-se no credo monetarista ortodoxo professado por esta instituição. No entanto, seus resultados são contraditórios com aqueles previstos no receituário, o que demonstra a incorreção de aplicar fórmulas gerais a realidades concretas específicas. Senão vejamos.

A previsão é a de que ao se reduzir subsídios e créditos dar-se-ia um arrefecimento da inflação. Mas no caso brasileiro, há muito tempo a elevação dos preços dos alimentos vem se dando acima dos demais preços da economia, constituindo-se, desta maneira, em fonte de pressão inflacionária autônoma. Diante disto, um dos mecanismos para se combater a carestia teria que ser o aumento da produção agrícola. Isto poderia ser feito pela ampliação e direcionamento do crédito, pelo controle dos subsídios (não a sua retirada) e pelo controle dos preços dos insumos agrícolas.

Deu-se o contrário: retiraram os subsídios, restringiram o crédito e liberaram os preços dos insumos. A produção agrícola caiu e os preços dos alimentos dispararam. A inflação não regride, avança. Se somarmos à elevação dos preços dos alimentos o irresistível arrocho salarial, entenderemos o porque de as vendas das indústrias alimentares e de alimentos em supermercados terem caído, em termos reais, 18,5% e 16% no primeiro trimestre deste ano^{23/}.

23/ - De acordo com a FIESP e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Gazeta Mercantil, 16.05.84). Sylvio Bresser Pereira, diretor do Grupo Pão de Açúcar informa que houve uma queda real de 8% na venda de alimentos durante o ano de 1983 (Folha de São Paulo de 20.05.84).

Com a aplicação desta política atende-se às exigências do FMI e, ao mesmo tempo, são alcançados os objetivos da política externa americana (ver pag.5 e 6). O Brasil começa a ficar em condições de ter que comprar alimentos básicos no exterior^{24/}, pois sua produção é insuficiente e têm os seus preços em elevação. A justificativa pode até ser revestida de argumentos de conteúdo social e humanitário. Trata-se, afinal, de alimentar um povo faminto e de reduzir a inflação.

VIII - A OFENSIVA AMERICANA

É nesta perspectiva que um fato ocorrido em meados do ano passado ganha grande importância. Ao final de 1982 esteve aqui o Presidente Reagan, estabelecendo as condições nas quais os EUA ajudariam o Brasil a sair da situação de insolvência em que o País se encontrava. A exigência era de um maior alinhamento do Brasil às políticas econômica, comercial e diplomática dos EUA. Ademais, exigia maior abertura da economia brasileira para os negócios e o capital americano, o que foi novamente cobrado pelo Secretário de Estado G. Schultz, em fevereiro de 1984. Mas, para o que interessa nesta análise, o destaque foi a visita do Secretário da Agricultura dos EUA, John Block, em agosto de 1983.

Em sua curta estada no País, Mr. Block assinou tratados, convênios, acordos, fez visitas a centros de pesquisas e deu recados. Um único jornal (Folha de São Paulo de 20/08/83), no entanto, publicou uma declaração do Secretário, e ainda assim em um canto de página, sem realce e sob um título que nada tinha a ver com a declaração:

"O secretário americano anunciou a possibilidade de seu país conceder um crédito ao governo brasileiro para importação de arroz dos Estados Unidos, em condições favoráveis ao Brasil. A linha de crédito seria similar à existente para o trigo (pela PL 480),

^{24/} - Segundo a Conjuntura Econômica de junho de 1984, (dados da CACEX e CIEF) até março o Brasil já havia importado US\$ 402,3 milhões em cereais e trigo, o que representava 12,7% das importações totais no período. Em 1982 e 1983 a importação desses itens nesses meses chegou a 188 e 156 milhões de dólares, respectivamente. Em 1984 os preços médios dos cereais caíram com respeito a 1983.

na qual o Brasil tem um prazo de três anos para pagamento. A nova linha de crédito deverá ser negociada até amanhã, quando ele encerra sua visita ao Brasil".

Para melhor entender esta ofensiva comercial é necessário considerar o lugar do arroz na agricultura americana. Os EUA produzem algo em torno de 9 (nove) milhões de toneladas por ano deste cereal (a produção oscilou entre 6 a 9 milhões de toneladas de 1968 a 1982). O consumo interno tem variado entre 30 e 40% da produção. Os estoques quase sempre são elevados, em 1977 chegaram a 41% da produção daquele ano e em 1982 representavam 32% da safra colhida, ou seja quase 2,5 milhões de toneladas que somados ao excedente de 1981, perfaziam um estoque total de 3,4 milhões de toneladas^{25/}.

Em início de julho de 1983, diante do declínio da participação dos Estados Unidos nos mercados mundiais de arroz e soja, assim como da retração do próprio mercado mundial por conta da crise econômica generalizada, a Associação Norte-americana dos Produtores de Arroz e a Associação Nacional dos Processadores de Soja apelaram ao Governo para que combatesse os subsídios às exportações praticadas por outros países produtores^{26/}. Esta condenação dos produtores americanos aos subsídios concedidos por outros países não é sustentável, já que os EUA também exercem a mesma política, só que de forma disfarçada. A preocupação deles também se origina do fato de que alguns países importadores, por conta mesmo da crise, estarem aumentando suas produções internas e diminuindo as importações, segundo informa o próprio Departamento de Agricultura dos EUA.

É esta realidade que, em parte, explica o porque da pressão do Secretário Block para o Brasil comprar arroz dos EUA.

^{25/} - Dados retirados do AGRICULTURAL STATISTICS - 1983. United States Department of Agriculture. U.S. Government Printing Office. Washington, D.C. 1983.

^{26/} - Folha de São Paulo de 25.07.84

Aliás, a mesma pressão vem sendo feita sobre o Japão, que tem no arroz um dos poucos produtos no qual é auto-suficiente, fruto de uma persistente política agrícola. O Japão chega a exportar algo entre 180 a 300 milhões de dólares em arroz por ano. Isto é conseguido através de subsídios, já que os custos da produção japonesa são mais elevados do que os vigentes no mercado internacional. Os EUA vem forçando o governo japonês a retirar os subsídios, a reduzir sua produção interna, a eliminar suas exportações e a passar a importar arroz americano. O Japão tem resistido, mas não sabe até quando, pois sua dependência para com os EUA é grande em diversos setores: fornecimento de trigo, milho e soja, exportações de manufaturados para o mercado americano, defesa, etc.^{27/}.

Em períodos anteriores os EUA haviam se utilizado de dumping para dominar o mercado iraniano (antes da revolução). A Coreia do Sul se tornou dependente do arroz americano através de mecanismo semelhante. A necessidade de mercados externos para o arroz dos Estados Unidos decorre do baixo consumo doméstico deste grão e do poderio político dos produtores de arroz. Eles possuem um lobby muito eficiente e estiveram representados no Congresso - onde são definidos os preços mínimos para os produtos agrícolas - por parlamentares de grande influência, como Wilbur Mills, J. William Fulbrigh, W.R. Page, Otto Passman, Allen Ellender e Russel Long - todos presidentes de estratégicas Comissões na Câmara e Senado, como a Comissão de Agricultura, de Meios e Arbitríos, de Relações Exteriores, de Operações Externas, de Tributação e de Finanças.^{28/}

É pela via parlamentar que os rizicultores conseguem a cada ano bons preços e subsídios para suas lavouras, fazendo com que a produção de arroz seja quase sempre elevada, os armazéns estejam quase sempre repletos, vindo daí a necessidade de uma política

^{27/} - Situação descrita pelo Adido Agrícola da Embaixada Japonesa no Brasil, em entrevista com o autor.

^{28/} - A política agrícola americana, a dependencia alimentar de alguns países para com os Estados Unidos, a atuação do lobby arrozeiro, entre outros aspectos estão tratados exemplarmente, por Dan Morgan - Los Traficantes de Granos Editorial Abril, Buenos Aires, 1982.

agressiva do governo para colocá-los no exterior, ainda que isto seja funcional para sua política externa.

A partir do quadro exposto, é possível estabelecer algumas relações entre a política agrícola brasileira, os baixos preços para os produtores de arroz e os interesses americanos. O Secretário Block cumpriu o papel que dele esperavam o governo americano, os produtores de arroz e as grandes companhias de cereais dos EUA. E o Brasil parece que vai fazer a sua parte para auxiliar os EUA a resolver o problema de seus elevados estoques de arroz.

IX - A POLÍTICA COMERCIAL SUBMISSA

Mal tinha iniciado o movimento dos rizicultores gaúchos por melhores preços mínimos, o governo anunciou a liberação de importações e exportações de arroz e milho, entre outros produtos, como medida para promover a auto-regulação do mercado e combater a inflação.

As consequências desta decisão são mais ou menos óbvias. Vale a pena, no entanto, realçar duas delas. Em primeiro lugar, podemos ter importações de arroz americano a baixo preço (subsidiado), o que poderá desestruturar a produção brasileira. Aliás, a experiência indica que a política americana é de manter o preço baixo até conseguir que o país se torne dependente de suas importações, para, em seguida, elevar os preços e retirar o produto do esquema da PL 480, vendendo-o à vista e a preços de mercado.

Em segundo lugar, vêm todas as desvantagens de internacionalizar-se a formação de preços de um dos produtos mais importantes na alimentação popular. Sendo pequeno o comércio internacional de arroz - algo em torno de 12 milhões de toneladas anuais, nos últimos quatro anos - devido ao fato dos grandes consumidores serem também grandes produtores (o que torna os EUA o maior exportador mundial)^{29/}, pequenas variações na produção mundial fazem oscilar grandemente os preços. Por claras razões o movimento dos preços é mais pronunciado quando há quebras na produção. Isto significa instabilizar os preços internos de arroz no Brasil, fazendo o consumidor, em particular os de baixa renda, penar os aumentos dos preços, internacionais, o que até hoje lhe passava despercebido.

^{29/} - Agricultural Statistics - 1983 op. cit.

No caso da liberação do comércio do milho a situação não é menos grave. A produção brasileira (em torno de 20 milhões de toneladas), já vem se revelando insuficiente para abastecer o mercado interno desde 1979, a partir de quando temos importado cerca de 200.000 toneladas anuais^{30/}.

A exportação deste produto, em períodos do ano quando os preços internacionais estiverem melhor, pode acarretar graves problemas para o abastecimento doméstico, principalmente para a avicultura e suinocultura nacionais (os maiores consumidores). Isto ocorrendo acarretará elevação dos preços internos de ovos, carnes e derivados e poderá retirar a competitividade das exportações de frango do Brasil — responsáveis por vendas externas superiores a US\$ 300 milhões. Aliás, a exportação de frangos brasileiros para o Oriente Médio tem sido objeto de preocupações para os produtores americanos, que estão vendo ser reduzida sua participação naquele mercado^{31/}.

Mas esta medida tem uma outra face, por sinal mais perniciosa. Os EUA produzem anualmente mais de 250 milhões de toneladas de milho. Seus estoques tem variado entre 51 e 108 milhões de toneladas, nos últimos dez anos e suas exportações entre 40 e 76 milhões de toneladas^{32/}. Ademais a safra americana de grãos em 1984 promete ser recorde.

30/ Christine Viveka Guimarães - Balanço Mercantil de Divisas do Setor Agrícola: 1965-1982, SOBER, Brasília, 1983

31/ Os produtores agrícolas americanos (e autoridades) se preocupam não só com o frango brasileiro, mas também com a soja e, principalmente, com o potencial agrícola do Brasil, que quando devidamente explorado transformará o País em uma das maiores potências do mundo. A rigor, é para isto que se volta a atenção do capital americano: impedir que este potencial se realize, num primeiro momento e, depois, quando empresas americanas controlarem este potencial, tomá-lo efetivo.

32/ Agricultural Statistics - 1983, op.cit.

Diante este quadro e lembrando os subsídios e outras facilidades concedidas pelo Governo dos EUA para suas exportações agrícolas, além da inevitável queda dos preços internacionais por conta de excelente safra e elevados estoques norteamericanos, não é de todo improvável presenciarmos futuras e volumosas importações de milho. Afinal, se existe liberdade de importar e se os preços externos estarão mais baixos, porque os avicultores, suinocultores e produtores de rações não iriam preferir trabalhar com matéria-prima mais barata?

No entanto, para que esta e outras importações agrícolas se efetivem o povo brasileiro terá que arcar com preços mais caros para se alimentar e suportar maior esforço exportador. O que pode significar mais recessão e mais desemprego.

X - UMA BOMBA DE EFEITO RETARDADO

Mas a liberação do comércio externo de produtos agrícolas, por parte do governo brasileiro, parece ser apenas uma das primeiras peças de uma bomba de efeito retardado que estaria sendo montada para estourar no próximo ano. Outros dispositivos foram adicionados pelas decisões da última reunião (01.08.84) do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Ministério da Agricultura estimou, conservadoramente ^{33/}, que o montante de recursos necessários para o custeio da próxima safra (1984/1985) alcançariam os Cr\$ 8,2 trilhões. O Ministério da Fazenda, prosseguindo na ortodoxia monetarista exigida pelo FMI, reduziu este montante para Cr\$ 6,0 trilhões. Na véspera da reunião do CMN o Ministro da Fazenda convenceu os componentes do Conselho a só aprovarem um total de Cr\$ 4,1 trilhões sob responsabilidade das Autoridades Monetárias. E esta foi a decisão formal do dia seguinte.

^{33/} E a partir de uma base restringida, determinada pelo aperto creditício que vigorou em 1983.

Segundo o CMN, a complementação de Cr\$ 2 trilhões será feita pelo sistema bancário privado a juros de mercado, qualquer coisa entre 25 e 30% reais ao ano^{34/}, contra os 3% mais correção monetária do crédito rural oficial. Evidentemente, isto implicará em elevação dos custos financeiros da produção agrícola, aumentando os preços finais. Preços internos mais altos serão sempre um bom motivo para se importar alimentos e matérias-primas agrícolas.

Se esta medida provoca aumentos dos preços, insuportáveis para uma população trabalhadora vivendo forte arrocho salarial e desemprego, uma outra decisão pode provocar considerável redução da área plantada, pressionando por maior elevação dos preços.

Até a reunião do CMN do dia 19 de agosto, o crédito de custeio cubria 90% do VBC para os pequenos produtores (100% para o cultivo do feijão), 60% para os médios e 40% para os grandes produtores. O Conselho decidiu que para a safra de 1984/85 os limites de adiantamento do VBC serão de 80% para os pequenos e 60% para médios e grandes. Os VBC's para as diversas culturas foram corrigidas, em média, em 263%, quando os custos médios de produção teriam variado de 300 a 470%, segundo a Secretaria de Agricultura de São Paulo^{35/}.

É por todos sabido que os agricultores que se encontram capitalizados são aqueles dedicados às culturas de soja, café, algodão, cana de açúcar e laranja, em razão dos bons preços vigentes para estas mercadorias. Os pequenos produtores não dispõem de recursos próprios para fazer frente aos reais custos de produção e tampouco têm acesso aos bancos para emprestar, a juros elevadíssimos, o que lhes falta. Os bancos privados se orientam para os grandes

^{34/} Ver a Revista SENHOR nº 176, de 01.08.84

^{35/} Depoimento da Secretário de Agricultura à Folha de São Paulo de 02.08.84.

produtores, clientes preferenciais por diversas e conhecidas razões. Ao pequeno produtor ficará como única alternativa reduzir suas lavouras, usar menos insumos (diminuindo a produtividade) e ver sua renda minguar.

Com a redução da produção de alimentos e os seus preços ascendendo, cria-se um quadro a justificar importações. Só que importações nestas circunstâncias equivalem a aprofundar a desestruturação da agricultura alimentar no Brasil. Grãos importados, a baixo preço, inviabilizam a recuperação dos agricultores e podem tornar o país progressivamente dependente destas importações.

De imediato, no entanto, trabalhadores assalariados e toda a população urbana de baixa renda sentirão, no bolso e no estômago, os resultados desta política. A produção de alimentos básicos não será suficiente para abastecer o mercado interno, mesmo considerando a retração do consumo que se processa atualmente. A fome, que já campeia por este imenso país^{36/}, fará novas e muitas vítimas. Não será surpresa se, acontecendo o previsto e mantido o atual nível de desemprego e compressão salarial, presenciarmos, no próximo ano, novos saques e depredações de supermercados, além de outras explosões sociais, como as ocorridas em março/abril de 1983.

Mas, se a responsabilidade social das autoridades econômicas brasileiras executoras da política do FMI parece ser quase inexistente, o mesmo não se pode dizer do seu senso de ironia. Na referida reunião do Conselho Monetário Nacional decidiu-se, também, imprimir nas novas moedas a expressão: "Alimentos para o mundo".

36/ Ana Peliano e outros em Problema Alimentar no Brasil: situação atual, perspectivas e proposta de políticas, Brasília, IPEA/CNRH, 1983, estima em 85 milhões os brasileiros que sofrem de desnutrição em graus diversos.